

Informação

Projeto de Resolução n.º 2082/XIII/4.ª BE
Projeto de Resolução n.º 2092/XIII/4.ª CDS-PP
Projeto de Resolução n.º 2102/XIII/4.ª PSD
Projeto de Resolução n.º 2114/XIII/4.ª PCP

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, na reunião da Comissão de 24 de abril de 2019

-
- Investimento nas farmácias hospitalares dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde
 - Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para um efetivo investimento nas farmácias hospitalares do Serviço Nacional de Saúde
 - Recomenda ao Governo a contratação dos profissionais em falta nos Serviços Farmacêuticos Hospitalares do Serviço Nacional de Saúde
 - Recomenda ao Governo a elaboração de um plano de Investimento nas farmácias hospitalares do Serviço Nacional de Saúde



Comissão de Saúde

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do BE, do CDS-PP, do PSD e do PCP, tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente, os Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 2082/XIII/4.ª, 2092/XIII/4.ª, 2102/XIII/4.ª e 2114/XIII/4.ª, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. O PJR n.º 2082/XIII/4.ª deu entrada na Assembleia da República a 1 de abril de 2019, tendo sido admitido a 3 de abril, data em que baixou à Comissão de Saúde; o PJR n.º 2092/XIII/4.ª deu entrada, foi admitido e baixou à Comissão de Saúde a 4 de abril; o PJR n.º 2102/XIII/4.ª deu entrada a 5 de abril e foi admitido e baixou à Comissão a 10 de abril; e o PJR n.º 2114/XIII/4.ª deu entrada a 15 de abril, tendo também sido admitido e baixado à Comissão a 16 de abril.

3. A discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 2082/XIII/4.ª BE, 2092/XIII/4.ª CDS-PP, 2102/XIII/4.ª PSD e 2114/XIII/4.ª PCP foi feita em conjunto, visto tratarem a mesma temática, e ocorreu nos termos seguintes:

O Deputado Moisés Ferreira acentuou a importância das farmácias hospitalares, que cumprem funções muito relevantes, sendo que existem inúmeras dificuldades no seu funcionamento em muitos hospitais, quer por falta de profissionais, quer por falta de investimento. Assim, o BE faz um conjunto de recomendações ao Governo, que passam pelo levantamento das necessidades em matéria de recursos humanos, investimento em equipamentos e melhoria das instalações, pela autorização para contratações de profissionais e garantia de dotação para os investimentos, bem como abertura de vagas para a residência farmacêutica.

A Deputada Isabel Galriça Neto referiu que o CDS-PP entende, perante as denúncias de dificuldades no funcionamento dos serviços farmacêuticos em vários hospitais, designadamente por falta de profissionais, que aliás foram objeto de discussão aquando da audição da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, que a situação é grave e preocupante, pelo que recomenda ao Governo que seja feito o levantamento das necessidades em matéria de recursos humanos e contratados os profissionais em falta, que sejam feitas as obras de requalificação que se impõem, que se realizem os investimentos necessários, que seja assegurado que não fique em causa a segurança

Comissão de Saúde

no circuito do medicamento 24 horas por dia e que se proceda à abertura de vagas para a residência farmacêutica.

A Deputada Ana Oliveira disse que o que a surpreende é que o PS não apresente qualquer iniciativa sobre esta questão, pois não reconhece o problema. Quanto ao BE e PCP, que apresentam iniciativas, são corresponsáveis pelos orçamentos de saúde e estas só se entendem como autocrítica. Saliou que os serviços hospitalares farmacêuticos são uma importante estrutura nos hospitais, verificando-se atualmente um acentuado desinvestimento no SNS, que leva a que muitos funcionem em espaços físicos desadequados e cada vez mais degradados, a que acresce a falta de profissionais, que se agravou em 2018, razões pelas quais o PSD recomenda ao Governo a contratação imediata de profissionais, a realização urgente dos investimentos que se revelem necessários e a aprovação da regulamentação do internato para farmacêuticos hospitalares.

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR do PCP, que também realça a importância dos serviços farmacêuticos na prestação de cuidados de saúde, estando, como muitos outros, confrontados com escassez de profissionais e dificuldades na substituição de trabalhadores, bem como com falta de condições quanto aos equipamentos e instalações. Considera que estas dificuldades não são de agora e não desvaloriza os avanços alcançados nesta legislatura, que são ainda insuficientes, pelo que recomenda ao Governo que elabore um plano de investimento, com calendarização e prazos de execução, bem como um plano de investimentos e contratação, para todos os serviços hospitalares do SNS, precedido do levantamento da falta de profissionais e das condições do edificado e instalações, equipamentos e sistemas de informação.

Seguiu-se o debate, em que usou da palavra o Deputado António Sales, do PS, que frisou que o orçamento de saúde para 2019 foi aumentado e reforçado, e que o PSD e CDS-PP votaram contra esse reforço. As verbas foram reforçadas para se poder recrutar pessoal, comprar equipamentos e fazer investimentos, mas não se pode fazer tudo de um dia para o outro e neste momento não existem propostas de investimento em serviços farmacêuticos que estejam a aguardar decisão no Ministério da Saúde.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Presidente deu por encerrada a discussão.

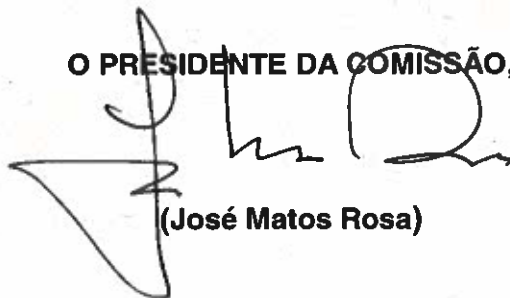
Comissão de Saúde

4. Os Projetos de Resolução n.ºs 2082/XIII/4.ª BE, 2092/XIII/4.ª CDS-PP, 2102/XIII/4.ª PSD e 2114/XIII/4.ª PCP, foram objeto de discussão na Comissão de Saúde, na reunião de 24 de abril de 2019.

5. A informação relativa à discussão dos PJRs 2082, 2092, 2102 e 2114 será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 24 de abril de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José Matos Rosa)